

STJ00115562

# TRATADO DE DIREITO EMPRESARIAL

COORDENAÇÃO  
MODESTO CARVALHOSA

V

## RECUPERAÇÃO EMPRESARIAL E FALÊNCIA

3ª edição revista, atualizada e ampliada

MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO  
PAULO FERNANDO CAMPOS SALLES DE TOLEDO  
MANOEL DE QUEIROZ PEREIRA CALÇAS  
ADRIANA V. PUGLIESI

THOMSON REUTERS  
REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™



*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*

**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES**

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Emanuel Silva, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

*Gerente de Conteúdo Tax:* Vanessa Miranda de M. Pereira

*Direitos Autorais:* Viviane M. C. Carmezim

*Assistente de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond

*Analista de Conteúdo Editorial Júnior:* Bárbara Baraldi

*Estagiários:* Ana Carolina Francisco e Francisco Prado

*Produção Editorial*

*Gerente de Conteúdo*

**MILISA CRISTINE ROMERA**

*Especialistas Editoriais:* Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Thyara Pina da Silva

*Analistas de Operações Editoriais:* Carina Baptista, Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

*Analistas de Qualidade Editorial:* Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Gabriela Cavalcante Lino e Victória Menezes Pereira

*Estagiários:* Beatriz Hammond e Caroline Dubovicki

*Capa:* Brenno Stolagli Teixeira

*Adaptação capa:* Linotec

*Líder de Inovações de Conteúdo para Print*

**CAMILLA FUREGATO DA SILVA**

*Equipe de Conteúdo Digital*

*Coordenação*

**MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO**

*Analistas:* Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

*Gerente de Operações e Produção Gráfica*

**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analistas de Produção Gráfica:* Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

*Assistente de Produção Gráfica:* Ana Paula de Araújo Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Recuperação Empresarial e Falências. -- 3. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2022. -- (Coleção Tratado de Direito Empresarial, v. 5 / coordenação Modesto Carvalhosa)

Outros autores: Manoel Justino Bezerra Filho, Paulo Fernando Campos Salles de Toledo, Manoel de Queiroz Pereira Calças, Adriana V. Pugliesi

ISBN 978-65-260-0658-0

1. Falência 2. Falência - Brasil 3. Recuperação judicial (Direito) - Leis e legislação I. Bezerra Filho, Manoel Justino. II. Toledo, Paulo Fernando Campos Salles de. III. Calças, Manoel de Queiroz Pereira. IV. Pugliesi, Adriana Valéria. V. Carvalhosa, Modesto. VI. Série.

22-127719

CDU-347.736(81)(094)

---

Índices para catálogo sistemático: I. Brasil : Leis : Recuperação de empresas : Direito comercial 347.736(81)(094)

## SUMÁRIO

ESTRUTURA DA COLEÇÃO.....	5
APRESENTAÇÃO DO COORDENADOR.....	7
CRONOLOGIA DE FATOS MARCANTES DA CARREIRA DE MODESTO SOUZA BARROS CARVALHOSA .....	9
NOTA DOS AUTORES.....	13
SOBRE OS AUTORES.....	15
CAPÍTULO I – INSOLVÊNCIA E CRISE DAS EMPRESAS .....	29
PAULO FERNANDO CAMPOS SALLES DE TOLEDO e ADRIANA V. PUGLIESI	
1. Adimplemento/inadimplemento .....	31
2. Insolvência, na visão tradicional.....	32
3. Insolvência e execução.....	33
4. Insolvabilidade.....	33
5. Critérios de aferição da insolvabilidade .....	34
6. Insolvência, acepções atuais .....	34
7. A crise das empresas e a economia de mercado .....	36
8. Ainda a propósito da crise das empresas.....	37
CAPÍTULO II – A PRESERVAÇÃO DA EMPRESA E SEU SANEAMENTO....	41
PAULO FERNANDO CAMPOS SALLES DE TOLEDO e ADRIANA V. PUGLIESI	
1. As crises das empresas e as respostas do direito .....	43
2. A liquidação: prós e contras .....	44

3. O direito estatutário medieval e o surgimento do direito falimentar.....	45
4. A concordata, solução adequada? .....	47
5. A ideia de continuidade da empresa .....	52
6. A ideia de preservação da empresa.....	53
7. A evolução, a partir dos anos 1990.....	61
8. Direito concursal brasileiro ao longo dos tempos .....	67
9. Distinções fundamentais entre o Dec.-lei 7.661/1945 e o direito concursal vigente .....	74

CAPÍTULO III – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E DISPOSIÇÕES GERAIS DA LEI 11.101/2005 (LRE).....	77
--	----

PAULO FERNANDO CAMPOS SALLES DE TOLEDO e ADRIANA V. PUGLIESI

1. Disposições preliminares.....	79
1.1 Pressupostos subjetivos .....	79
1.2 Juízo competente .....	83
1.3 A atuação do Ministério Público .....	84
2. Disposições gerais .....	85
2.1 Inexigibilidades.....	85
2.2 Suspensão de ações e execuções.....	86
2.2.1 Exceções à regra de suspensão de ações e execuções.....	88
2.2.2 Aplicação da regra geral para sentenças estrangeiras ou arbitrais.....	91
2.3 Reserva de valores.....	92
2.4 Suspensão da prescrição.....	92
2.4.1 Interrupção da prescrição aquisitiva .....	93
3. Prevenção e antecipação de tutela.....	93
4. Distribuição de lucros .....	94
5. Responsabilidade de terceiros.....	94

CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES COMUNS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL E À FALÊNCIA: VERIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO DE CRÉDITO..... 97

PAULO FERNANDO CAMPOS SALLES DE TOLEDO e ADRIANA V. PUGLIESI

1. O tratamento dos créditos na Lei 11.101/2005..... 99
2. Verificação e habilitação dos créditos ..... 99
3. A convocação dos credores ..... 100
4. Impugnação de crédito ..... 103
5. Habilitação de crédito ..... 104
6. Habilitações retardatárias..... 106
7. Processamento das impugnações e habilitações retardatárias.... 107
8. Quadro geral de credores ..... 111
9. Ação ordinária de conteúdo rescisório..... 112
10. Verificação dos créditos fiscais na falência ..... 113
11. Possibilidade de encerramento da recuperação judicial ..... 115

CAPÍTULO IV-A – CONCILIAÇÕES E MEDIAÇÕES – EXAME DOS ARTS. 20-A A 20-D DA LREF..... 117

MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO

CAPÍTULO V – DISPOSIÇÕES COMUNS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL E À FALÊNCIA: O ADMINISTRADOR JUDICIAL E O COMITÊ DE CREDORES..... 123

PAULO FERNANDO CAMPOS SALLES DE TOLEDO e ADRIANA V. PUGLIESI

1. Teoria orgânica, algumas palavras ..... 125
2. O administrador judicial: noções gerais e requisitos exigíveis ..... 126
  - 2.1 Atribuições do administrador judicial..... 128
  - 2.2 Remuneração do administrador judicial..... 130
3. Comitê de credores: composição e constituição..... 131
  - 3.1 Atribuições e deliberações do comitê de credores ..... 132
  - 3.2 Remuneração e reembolso de despesas do Comitê..... 134
4. Administrador judicial e comitê de credores: impedimentos, destituição e substituição, responsabilidade civil..... 134

## CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES COMUNS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL E À FALÊNCIA: A ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES ..... 137

PAULO FERNANDO CAMPOS SALLES DE TOLEDO e ADRIANA V. PUGLIESI

1. Introdução ..... 139
2. Atribuições da assembleia geral de credores ..... 143
3. Regras de convocação e realização da assembleia de credores ..... 146
  - 3.1 Normas referentes à realização da assembleia ..... 148
4. Divisão dos credores em classes ..... 151
5. Quóruns de instalação e deliberação ..... 153
6. Votação e deliberações ..... 154
  - 6.1 Peculiaridades quanto às formas alternativas de deliberação ..... 157
  - 6.2 Invalidade das deliberações dos credores ..... 158
    - 6.2.1 Vícios da própria assembleia ..... 159
    - 6.2.2 Vícios de deliberação ..... 159
    - 6.2.3 Vícios no voto e abuso do direito de voto ..... 160

## CAPÍTULO VII – A RECUPERAÇÃO JUDICIAL ..... 161

PAULO FERNANDO CAMPOS SALLES DE TOLEDO e ADRIANA V. PUGLIESI

1. Objetivos da recuperação judicial ..... 163
  - 1.1 O dispositivo nuclear: art. 47 da Lei 11.101/2005 ..... 166
2. Requisitos de ajuizamento ..... 167
  - 2.1 Requisito específico para companhia aberta ..... 169
3. Os credores sujeitos à recuperação judicial e os excluídos ..... 170
4. Recuperação judicial do produtor rural ..... 172
5. Meios de recuperação judicial ..... 174
6. Regramento especial do credor em moeda estrangeira ..... 175
7. Os meios de recuperação inseridos pela Lei 14.112/2020 ..... 176
  - 7.1 Regras tributárias ..... 176

8. Pedido e processamento.....	177
8.1 Constatação prévia .....	180
 CAPÍTULO VIII – O PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	 183
PAULO FERNANDO CAMPOS SALLES DE TOLEDO e ADRIANA V. PUGLIESI	
1. Algumas considerações jurídicas.....	185
2. Apresentação do plano .....	188
3. Conteúdo do plano .....	188
3.1 O plano de recuperação e a jurisprudência do TJSP .....	189
3.2 A possibilidade de modificação do plano.....	193
4. Objeção ao plano .....	194
5. Disciplina especial dos créditos trabalhistas.....	194
 CAPÍTULO VIII-A – O PLANO DOS CREDORES.....	 197
ADRIANA V. PUGLIESI	
1. Introdução .....	199
1.1 Tutela do crédito e preservação da empresa: princípios com o mesmo peso no direito da insolvência .....	200
2. A <i>ratio</i> econômica e jurídica do plano dos credores: melhoria no equilíbrio de forças entre devedor e credores .....	203
2.1 Por qual razão os credores precisam ter voz na elaboração do plano? .....	204
3. O plano alternativo dos credores na Recuperação Judicial do sistema jurídico brasileiro.....	206
3.1 Hipóteses de cabimento .....	207
3.1.1 Inspiração na disciplina do direito norte-americano ...	208
3.1.2 O cabimento do plano alternativo de credores por decurso do prazo de suspensão das ações e execuções.....	210
3.1.3 A segunda hipótese de cabimento do plano alternativo: a reaprovação do plano do devedor.....	211

- |   |     |
|---|-----|
| 4. Disciplina legal do plano alternativo dos credores no Direito Brasileiro .....   | 212 |
| 4.1 Os acionistas do devedor titulares de crédito sujeito aos efeitos da recuperação judicial podem votar o plano alternativo dos credores? ..... | 213 |
| 4.2 Requisitos legais do plano alternativo dos credores .....   | 216 |

CAPÍTULO IX – PROCEDIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL – EXAME DOS DISPOSITIVOS DOS ARTS. 55 A 69-F ..... 219

MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO

CAPÍTULO IX-A – CONSOLIDAÇÃO PROCESSUAL E SUBSTANCIAL DE GRUPOS NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL..... 255

ADRIANA V. PUGLIESI

- |  |     |
|--|-----|
| 1. Introdução: Construção jurisprudencial anterior à reforma (Lei 14.112/2020).....                          | 257 |
| 2. Regime atual da consolidação processual e substancial de grupos de empresas na Recuperação Judicial ..... | 259 |
| 2.1 Consolidação Processual.....   | 260 |
| 2.2 Consolidação Substancial .....   | 262 |

CAPÍTULO X – O PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO PARA A PEQUENA EMPRESA – EXAME DOS ARTS. 70 A 72 DA LREF, COM AS ALTERAÇÕES DA LC 147, DE 07.08.2014 E DA LEI 14.112/2020 ..... 265

MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO

CAPÍTULO XI – A FALÊNCIA: NOÇÕES GERAIS..... 273

PAULO FERNANDO CAMPOS SALLES DE TOLEDO e ADRIANA V. PUGLIESI

- |  |     |
|--|-----|
| 1. Falência, a segunda alternativa .....   | 275 |
| 2. Uma postura diferente do legislador .....                                     | 278 |
| 3. Unidade, indivisibilidade e universalidade do juízo falimentar... ..          | 281 |
| 4. Eficácia imediata do decreto de falência, quanto às obrigações do falido..... | 283 |



5. Regras de distribuição e caráter preferencial dos processos.....	284
6. Efeitos quanto aos créditos remanescentes de recuperação judicial.....	284
7. Extensão da falência e representação da falida.....	285
8. Responsabilidade civil dos sócios, administradores e controladores.....	287
9. Desconsideração da personalidade jurídica.....	289
 CAPÍTULO XII – A CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS NA FALÊNCIA – EXAME DOS ARTS. 83 E 84 DA LEI 11.101/2005 .....	291
MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO	
 CAPÍTULO XIII – O PEDIDO DE RESTITUIÇÃO – EXAME DOS ARTS. 85 A 93 DA LREF.....	303
MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO	
 CAPÍTULO XIV – O PROCEDIMENTO PARA A DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA – EXAME DOS ARTS. 94 A 101 DA LREF .....	321
MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO	
 CAPÍTULO XV – A INABILITAÇÃO EMPRESARIAL, OS DEVERES E DIREITOS DO FALIDO – EXAME DOS ARTS. 102 A 104 DA LEI 11.101/2005 .....	343
MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO	
 CAPÍTULO XVI – A AUTOFALÊNCIA – EXAME DOS ARTS. 105 A 107 DA LREF.....	351
MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO	
 CAPÍTULO XVII – A ARRECADAÇÃO E A CUSTÓDIA DOS BENS – EXAME DOS ARTS. 108 A 114-A DA LREF .....	357
MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO	
 CAPÍTULO XVIII – OS EFEITOS DA DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA SOBRE AS OBRIGAÇÕES DO DEVEDOR – EXAME DOS ARTS. 115 A 128 DA LEI 11.101/2005 .....	365
MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO	

CAPÍTULO XIX – A FALÊNCIA: INEFICÁCIA E REVOGAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS ANTES DA FALÊNCIA ..... 379

PAULO FERNANDO CAMPOS SALLES DE TOLEDO e ADRIANA V. PUGLIESI

1. Eficácia retroativa da falência e os planos de exame do negócio jurídico ..... 381
2. Atos ineficazes em relação à massa falida (art. 129 e seus incisos da Lei 11.101/2005) ..... 383
  - 2.1 Pagamento de dívidas não vencidas (art. 129, I, da Lei 11.101/2005) ..... 383
  - 2.2 Pagamento por forma não prevista no contrato (art. 129, II, da Lei 11.101/2005) ..... 384
  - 2.3 Constituição de direito real de garantia (art. 129, III, da Lei 11.101/2005) ..... 387
  - 2.4 Atos a título gratuito (art. 129, IV, da Lei 11.101/2005) ..... 387
  - 2.5 Renúncia à herança ou legado (art. 129, V, da Lei 11.101/2005) ..... 388
  - 2.6 Alienação de estabelecimento (art. 129, VI, da Lei 11.101/2005) ..... 388
  - 2.7 Registros ou averbações posteriores à falência (art. 129, VII, da Lei 11.101/2005) ..... 390
3. Ação revocatória falimentar (art. 130 da Lei 11.101/2005) ..... 390
4. A eficácia de certos atos ..... 391
5. Questões processuais da ação revocatória ..... 392
6. Efeitos da procedência da revocatória e do reconhecimento da ineficácia ..... 394

CAPÍTULO XX – A FALÊNCIA: REALIZAÇÃO DO ATIVO ..... 397

PAULO FERNANDO CAMPOS SALLES DE TOLEDO e ADRIANA V. PUGLIESI

1. A importância da fase da realização do ativo na Lei 11.101/2005.... 399
2. Início imediato da realização do ativo ..... 402
3. Ordem de preferência para a alienação dos bens ..... 402
4. Peculiaridades da alienação de ativos ..... 403
  - 4.1 Sub-rogação de todos os credores no produto da realização dos ativos ..... 403

4.2	Inexistência de sucessão das obrigações do falido .....	404
4.3	Possibilidade de novos contratos de trabalho .....	407
5.	Modalidades de alienação do ativo .....	407
6.	Outras modalidades de alienação .....	409
7.	Dispensa de apresentação de certidões negativas .....	411
CAPÍTULO XXI – O PAGAMENTO DOS CREDORES – EXAME DOS ARTS. 149 A 153 DA LREF .....		413
MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO		
CAPÍTULO XXII – A FALÊNCIA: O ENCERRAMENTO E A EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO FALIDO .....		421
PAULO FERNANDO CAMPOS SALLES DE TOLEDO e ADRIANA V. PUGLIESI		
1.	Introdução .....	423
2.	Prestação de contas e relatório final do administrador judicial .....	423
3.	O encerramento da falência .....	425
4.	Extinção das obrigações .....	427
5.	O procedimento da extinção das obrigações .....	427
6.	A personalidade jurídica da sociedade falida .....	429
CAPÍTULO XXIII – A RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL – EXAME DOS ARTS. 161 A 167 DA LREF .....		431
MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO		
CAPÍTULO XXIII-A – INSOLVÊNCIA TRANSNACIONAL .....		445
PAULO FERNANDO CAMPOS SALLES DE TOLEDO		
1.	A disciplina da insolvência transnacional, finalmente .....	447
2.	Os negócios e as fronteiras .....	447
3.	As soluções existentes .....	448
3.1	Territorialismo ou universalismo .....	448
3.2	O Direito Europeu ou a Lei Modelo da Uncitral .....	449

4. Direito nacional, internacional ou transnacional? .....	449
5. A opção pela lei modelo da Uncitral .....	449
6. A estrutura da disciplina legal .....	450
7. Os objetivos visados .....	450
7.1 Normas de interpretação e aplicação .....	451
8. As definições fundamentais .....	452
9. Os casos de aplicação .....	453
10. O juízo competente .....	454
11. Quem está autorizado a atuar? .....	454
12. O acesso à jurisdição brasileira .....	455
13. Os direitos dos credores estrangeiros .....	455
14. O reconhecimento dos processos estrangeiros .....	456
15. A cooperação com autoridades e representantes estrangeiros ...	459
16. Os processos concorrentes .....	459
17. Normas acrescentadas à lei modelo no direito brasileiro .....	461
CAPÍTULO XXIV – DOS CRIMES FALIMENTARES .....	463
MANOEL DE QUEIROZ PEREIRA CALÇAS	
1. Aspectos gerais .....	465
1.1 Introdução: um pouco de história .....	465
1.2 Nomenclatura .....	469
1.3 Natureza jurídica do crime falimentar .....	470
1.3.1 Crime falimentar: de dano ou de perigo? .....	470
1.4 Crimes falimentares próprios e impróprios .....	472
1.5 Crimes antefalimentares e crimes pós-falimentares .....	472
1.6 Crimes falimentares: dolosos e culposos? .....	473
1.7 Unitariedade ou pluralidade dos crimes falimentares .....	474
1.8 Concurso de crimes falimentares e crimes comuns .....	476
2. Dos crimes em espécie .....	477
2.1 Fraude a credores .....	478

2.2	Violação de sigilo empresarial.....	486
2.3	Divulgação de informações falsas.....	487
2.4	Indução a erro.....	488
2.5	Favorecimento de credores .....	489
2.6	Desvio, ocultação ou apropriação de bens .....	490
2.7	Aquisição, recebimento ou uso ilegal de bens .....	492
2.8	Habilitação ilegal de crédito .....	493
2.9	Exercício ilegal de atividade.....	494
2.10	Violação de impedimento .....	495
2.11	Omissão dos documentos contábeis obrigatórios.....	497
3.	Disposições comuns .....	498
3.1	Equiparação ao devedor ou falido.....	498
3.2	Natureza jurídica da sentença. Condição objetiva de punibilidade.....	500
3.3	Efeitos da condenação por crime falimentar .....	500
3.3.1	Efeitos automáticos .....	501
3.3.2	Efeitos não automáticos .....	501
3.3.2.1	Inabilitação para o exercício de atividade empresarial .....	501
3.3.2.2	Impedimento para o exercício de cargo ou função em conselho de administração, diretoria ou gerência das sociedades sujeitas a esta lei .....	501
3.3.2.3	Impossibilidade de gerir empresa por mandato ou gestão de negócio .....	502
3.3.3	Reabilitação penal.....	502
3.3.4	Registro Público das Empresas .....	504
3.4	Prescrição da pretensão punitiva e executória dos crimes falimentares.....	505
4.	Do procedimento penal .....	506
4.1	Da competência para o processamento e julgamento dos crimes falimentares .....	506

4.2	Denúncia e queixa subsidiária.....	508
4.3	Procedimento dos crimes falimentares .....	509
4.4	Exposição circunstanciada e inquérito policial .....	510
4.5	Aplicação subsidiária do Código de Processo Penal.....	511
CAPÍTULO XXV – AS LIQUIDAÇÕES EXTRAJUDICIAIS DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS .....		513
PAULO FERNANDO CAMPOS SALLES DE TOLEDO e ADRIANA V. PUGLIESI		
1.	Introdução .....	515
2.	Intervenção e liquidação extrajudicial .....	518
2.1	A intervenção .....	519
2.2	A liquidação extrajudicial .....	520
3.	Indisponibilidade dos bens dos administradores.....	523
4.	Responsabilidade dos administradores e membros do conselho fiscal .....	524
4.1	Responsabilidade solidária de controladores de finan- ceiras.....	527
5.	Regime de administração especial temporária .....	527
CAPÍTULO XXVI – DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS – EXAME DOS ARTS. 189 A 201 DA LREF.....		529
MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO		
BIBLIOGRAFIA.....		541
MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO		
BIBLIOGRAFIA.....		547
PAULO FERNANDO CAMPOS SALLES DE TOLEDO		
BIBLIOGRAFIA.....		555
ADRIANA V. PUGLIESI		
BIBLIOGRAFIA.....		559
MANOEL DE QUEIROZ PEREIRA CALÇAS		